

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.488 - SP (2019/0258826-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : CLAUDIONOR ANGELO GREGORI
AGRAVANTE : FATIMA DE LOURDES DE CAMPOS GREGORI
ADVOGADOS : BRAZ DANIEL ZEBER - SP027701
HELCIUS ARONI ZEBER - SP213211
AGRAVADO : HERCILIA FRAGNAN GREGORI
AGRAVADO : CLEZO ANTONIO GREGORI
ADVOGADOS : EDSON PINHO RODRIGUES JÚNIOR - SP159451
FABIANA SILVESTRE DE MOURA - SP322388

DESPACHO

O recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento em razão de a parte alegar ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. No entanto, a simples alegação, sem comprovação ou pedido nos autos, não é suficiente afastar a deserção.

Da mesma forma, é insuficiente a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento ou cópia integral dos respectivos autos, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, nos termos do § 4.º, art. 1.007, do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para comprovar a condição de beneficiário da gratuidade de justiça deferida pela origem, expressa ou tacitamente, ou realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente